

INTER-RELAÇÕES ENTRE JORNALISMO E EDUCOMUNICAÇÃO NA CONCEPÇÃO DO JORNALISMO EDUCOMUNICATIVO

INTERRELATIONSHIP BETWEEN JOURNALISM AND EDUCOMMUNICATION IN THE CONCEPTION OF EDUCOMMUNICATIVE JOURNALISM

Assis Souza de MOURA¹

Universidade Federal de Campina Grande | Brasil

João Djane Assunção da SILVA²

Universidade Federal da Paraíba | Brasil

Resumo

Os apontamentos desse artigo apresentam uma discussão sobre a inter-relação entre os campos da educomunicação e do jornalismo, mostrando que desta aproximação é possível conceber práticas de comunicação direcionadas à cidadania. Através da pesquisa bibliográfica de leitura exploratória pretende-se direcionar algumas contribuições da educomunicação para a prática jornalística, traçando possíveis apreensões para contribuir com os estudos sobre jornalismo contemporâneo e a concepção de jornalismo educucomunicativo. Buscamos, portanto, apontar os locais para atuação do jornalista educucomunicador, propondo reflexões conceituais e práticas para sua ação interventiva e apontando as principais dificuldades na inserção da ideologia educucomunicativa.

Palavras-chave

Educomunicação; Jornalismo; TDICs; Jornalismo educucomunicativo; Cidadania.

Abstract

The explanations of this article aims a discussion on the interrelationship between the fields of educommunication and journalism, this approach is possible to develop communication practices aiming at citizenship. Through the exploratory bibliographical reading research it's intended to direct some contributions of educommunication to the journalistic practice, tracing possible concerns to contribute with the studies on contemporary journalism and the conception of the educommunication journalism. We seek, thus, to point out the actuation places for the educucommunicator journalist, proposing conceptual and practical reflections for his intervention and pointing out the main difficulties in the insertion of educommunication ideology.

Keywords

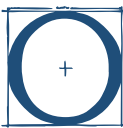
Educommunication; Journalism; DICTs; Educommunicative Journalism; Citizenship.

RECEBIDO EM 31 DE JANEIRO DE 2019
ACEITO EM 27 DE MARÇO DE 2019

¹Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor no Bacharelado em Comunicação Social/Educomunicação da Universidade Federal de Campina Grande. Líder do grupo de pesquisa Observatório de Educação para a Comunicação (ObEcom), certificado pela UFCG junto ao DPG/CNPq. Contato: souassisgba@gmail.com

²JORNALISTA. Mestrando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Comunicação Social/Educomunicação pela Universidade Federal de Campina Grande. Prêmio "Microfone de Prata" - melhor programa jornalístico radiofônico da edição 2018 dos Prêmios de Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Contato: joaodjane@gmail.com

Introdução

 contínuo e acelerado processo de informatização da sociedade, decorrência dos avanços proporcionados pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), vem ocasionando significativas mudanças na atuação dos meios de comunicação, principalmente no que diz respeito ao acesso e à interação via internet. Como consequência, os debates sobre o papel dos meios de comunicação enquanto agentes informais do processo educativo, ainda que nem sempre voltados para a formação crítica dos indivíduos (PERUZZO, 2017), tornaram-se cada vez mais presentes nas agendas de educadores e comunicadores.

Partindo desse contexto, nossa pesquisa tem por objetivo apresentar discussões sobre a inter-relação entre os campos da educomunicação e do jornalismo, mostrando que desta aproximação é possível conceber práticas de comunicação direcionadas à cidadania.

Fundamentamo-nos em uma pesquisa bibliográfica de leitura exploratória, onde realizamos uma análise a partir de trabalhos científicos já publicados, sejam digitais ou impressos. Segundo explica Gil (2002), a leitura exploratória de cunho bibliográfico consiste na seleção, identificação e análise dos dados científicos, relacionados à temática de estudo, para responder o problema de pesquisa ou sugerir apontamentos.

Em pesquisa acerca da inter-relação educomunicação e jornalismo, realizada nas bases científicas Periódicos *Capes*, *SciELO* e *Google Acadêmico*, percebemos que a maioria dos trabalhos tende a mostrar ações que ressignificam práticas jornalísticas para atender exclusivamente às necessidades estabelecidas por projetos na área da educomunicação. São pesquisas que buscam apontar de que forma os processos característicos do campo jornalístico podem ser apropriados como práticas pedagógicas no ambiente educacional. Atuam na perspectiva de aproveitar o interesse dos sujeitos pelas TDICs, concebendo a prática educativa como objeto para a formação crítica através da ação comunicativa (FERREIRA, 2017).

Dada essa circunstância, visamos abordar de maneira específica o outro lado desta inter-relação, ou seja, direcionar algumas contribuições da educomunicação para a prática jornalística, traçando possíveis apreensões para contribuir com os estudos sobre jornalismo contemporâneo e a concepção de jornalismo comunicativo.

O referencial teórico no qual nos debruçamos traz apontamentos sobre o conceito de educomunicação e quais os seus direcionamentos enquanto

campo de intervenção teórico-prático na sociedade. Para isso, utilizamos estudos de autores como Soares (2008; 2011), Almeida (2016) e Citelli (2015). Com relação às especificidades do campo jornalístico e a sua configuração na contemporaneidade, abordamos principalmente as visões de Traquina (2005) e Santos e Tonus (2012).

Por fim, com o objetivo de delinear possibilidades para as novas práticas jornalísticas e propondo o entendimento do que cognominamos como jornalismo educomunicativo, utilizamos principalmente os trabalhos de Dalla Costa e Horn (2005) e Carvalho (2014).

Configurações midiáticas na contemporaneidade

As intensas mudanças ocasionadas pela rápida ascensão das TDICs trouxeram novas configurações no modo de se fazer jornalismo. As mudanças são refletidas nas regras e interesses corporativos do meio comunicacional, na maneira como o jornalista se relaciona com as novas tecnologias e, principalmente, nos modos de produção do conteúdo.

Práticas jornalísticas já não são totalmente unilaterais, pois, a lógica da interatividade forçou o jornalista a estar em constante consonância com as novas formas de comunicação proporcionadas pela linguagem digital e seus desdobramentos midiáticos. Hoje, existem os canais de distribuição da informação que são abertos à integração em tempo real. Quando falamos em comunicação interativa, assim como Almeida (2016, p. 6), estamos nos referindo àquela “que promove o encontro entre diversos pensamentos, permitindo a negociação de ideias e a formação de um pensamento inovador, criativo; da comunicação que não se limita ao encontro presencial e nem se restringe ao verbal”.

A título de exemplo, podemos citar a formação dos chamados *jornalistas participativos*. Trata-se da inclusão dos cidadãos no processo de criação de uma notícia ou reportagem, que pode se dar através do procedimento direto de reunião, coleta e análise de dados, ou, simplesmente, pela disseminação de conteúdo via espaços pessoais de atividade na internet (CORREIA, 2010).

Sobre a configuração do jornalismo na atualidade, Horn (2016) explana que o surgimento de novas redes de interação intensificou a rotina dos jornalistas, aumentando de forma significativa as suas atribuições. Dentre as inúmeras funções de trabalho, a autora destaca a produção colaborativa inserida pelas técnicas do jornalismo participativo, a “atuação em

multiplataformas, visão de negócios e de *marketing*, foco na internacionalização e participação em ações educacionais por meio de projetos institucionais de comunicação e educação [...]” (HORN, 2016, p. 82).

A percepção de Horn (2016) vai ao encontro do que imagina Soares (2008), ao pensar as aproximações entre educação/comunicação, que ao propor o perfil do educador aproxima das práticas exercidas pelo jornalismo contemporâneo. Para Soares, o educador é um profissional capaz de reconhecer as possibilidades e limitações de ação da educação e da comunicação nos mais variados contextos, e que “maneja as tecnologias da informação e mantém-se aberto a um constante diálogo intercultural com as novas gerações, associando-se a elas na promoção de espaços de produção de cultura” (SOARES, 2008, p. 41).

Viana e Mello (2013) completam este pensamento ao dizerem que na sociedade atual:

As regras de cada relação se modificam a todo o momento - o que era impossível passa a ser natural, e o que era incorreto passa a ser correto. Vivemos um momento em que há uma total revisão dos modelos que praticamos e nos quais nos baseamos. Esse contexto altamente tecnológico fortalece, cada vez mais, a ideia de alguns autores, como Castells (2013), de que saber se comunicar é ter poder. Por isso mesmo, devemos aprender a nos comunicar e colaborar nessa sociedade altamente tecnológica da forma mais adequada e eficaz, conforme o interlocutor com o qual queremos interagir e com base na mídia e respectiva linguagem adotada (VIANA; MELLO, 2013, p. 3).

Tendo como princípio essas premissas, enxergamos aproximações consistentes do educador com o jornalista, principalmente quando imaginamos esses agentes da comunicação social imersos em uma sociedade cada dia mais plural. Novas configurações socioculturais que exigem desses profissionais um perfil atento para o significado de diversidade nas relações (PITANGA; SOUZA; SOUSA, 2017).

Espera-se, então, que tanto na formação do educador como na do jornalista, sejam eles orientados a saber trabalhar de maneira responsável as questões éticas, políticas e socioculturais, promovendo em seus ambientes de trabalho, como, por exemplo, o escolar (um dos espaços de atuação do educador), ou nas redações (um dos espaços de atuação do jornalista), discussões sobre humanização, sensibilidade perante a espetacularização e criticidade acerca dos diversos temas abordados em suas produções.

Educomunicação

Mediante o acelerado avanço tecnológico e a fácil receptividade às TDICs, as discussões sobre apreensão do conhecimento e função do educador transpuseram os muros da escola, que apesar de principal instância de socialização, não é mais a única.

De acordo com o que comenta Costa (2017), não só no Brasil, mas como em outros países da América Latina, Estados Unidos da América e Europa, os debates contemporâneos sobre a incorporação da educação midiática vêm emergindo de forma sistemática. Nascem nos círculos acadêmicos e se inserem gradativamente nos diversos setores sociais.

Na Europa, a tradição é representada pela mídia-educação (Media Education) pensada numa educação para a recepção crítica dos meios de comunicação. Nos Estados Unidos da América (EUA), é representada pela chamada Media Literacy, entendida como estudos dos meios de comunicação. Já no contexto latino-americano, além destas vertentes, encontramos a educomunicação cuja ênfase está nos processos comunicativos. Especificamente quanto a este paradigma, utilizamos a perspectiva do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) (COSTA, 2017, p. 57).

Centrando este debate para o território brasileiro, destacamos a educomunicação como um emergente campo de estudos voltado para as discussões inseridas na interface comunicação/educação. Trata-se de um paradigma teórico-metodológico marcado pelas relações sociais e pelas diversas transformações das práticas culturais e tecnológicas em vigor na contemporaneidade (VIANA; MELLO, 2013). Sua sistematização e aplicação prática são inseparáveis do que podemos classificar como ações interventivas, assumindo o conceito de intervenção não com o senso de prescrição ou interrupção, mas como atividades planejadas que buscam contribuir para mudanças socioeducativas.

Conforme enfatiza Citelli (2015):

O crescente uso do termo educomunicação, aqui entendida a designação neológica de uma área de pesquisas, estudos e práticas implicadas na interface comunicação e educação,

deve ser considerado no interior de contextos histórico-culturais para onde convergem ao menos quatro grandes variáveis: a abrangência dos meios de comunicação; as reconfigurações sociotécnicas e tecnológicas; os requisitos impostos por operacionalidades suscitadas pelos dispositivos comunicacionais; as novas formas de ser e estar dos sujeitos sociais frente à comunicação, aos processos de ensino-aprendizagem, aos acessos à informação e ao conhecimento (CITELLI, 2015, p. 2).

Como mostra Almeida (2016), para realizar a implementação de ações e projetos sociais, a educomunicação parte de sete áreas de intervenção educacional, que atualmente são classificadas como: educação para a comunicação (leitura crítica da mídia e do processo de produção de conteúdos midiáticos); gestão da comunicação (planejamento, implementação e avaliação de planos, programas e projetos); mediação tecnológica na educação (apreensão das tecnologias para fins educacionais nos ambientes de ensino); produção midiática (criação de produtos informativos, reflexivos e interventivos); expressão comunicativa através das artes (ações de valorização da autonomia comunicativa e expressiva, principalmente de crianças e jovens); pedagogia da comunicação (voltada ao cotidiano escolar busca a formação educacional utilizando estratégias de interação em uma comunidade de aprendizagem); reflexão epistemológica da educomunicação (desenvolvimento de pesquisas para ampliação do suporte teórico-prático sobre educomunicação).

Essas áreas de intervenção pressupõem ao educador uma autonomia conceitual para a educomunicação, o que a torna isenta de uma concepção epistemológica sustentada especificamente pelos parâmetros do campo educacional ou comunicacional. "O que advogamos é que cada uma delas e o seu conjunto sejam pensados e promovidos a partir da perspectiva da educomunicação" (SCHAUN, 2002, p. 94).

Com o suporte teórico-prático alimentado através da interface educação/comunicação, o agente educador ganha um arsenal de possibilidades para desenvolvimento e aplicação das suas práticas interventivas, surgindo como um profissional que traz novos olhares e perspectivas a essa inter-relação.

A educomunicação pretende habilitar os cidadãos a exercerem seus direitos, principalmente aqueles que

envolvem a liberdade de expressão e o acesso à informação, o que implica em, por meio de ações educativas, conscientizar as comunidades sobre o poder da articulação comunitária na sociedade e o papel da comunicação e do diálogo na construção de conhecimentos e na conquista de melhores condições de vida (ALMEIDA, 2016, p. 6).

No Brasil, são oferecidas apenas duas graduações com enfoque em educomunicação: o curso de licenciatura em educomunicação na Universidade de São Paulo (USP) e o curso de bacharelado em Comunicação Social com linha de formação em educomunicação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Nesses dois cursos o objetivo é o estudo e desenvolvimento de teorias e a articulação de práticas com um olhar voltado para a promoção de ambientes culturais de formação educativa e midiática. As ações teórico-práticas estudadas buscam atuar no desenvolvimento do protagonismo juvenil, nas pedagogias de ensino por meio das TDICs, na formação educacional das organizações públicas e das privadas e na ampliação dos espaços de atuação dos representantes da sociedade civil.

Jornalismo

À luz do que aponta Traquina (2005), quase sempre o entendimento sobre o campo do jornalismo costuma ser reduzido ao domínio de funções técnicas voltadas para uma linguagem comunicativa e seus formatos de distribuição. Tal compreensão limita o profissional jornalista a um espectador e tradutor da realidade, assumindo-o de maneira simplista como apenas um “fabricante de notícias”.

O jornalismo está muito além do que apreender funções técnicas ou decorar uma infinidade de normas prescritas por manuais. Fazer jornalismo é, antes de qualquer coisa, assumir a responsabilidade social com o dever de informar.

Para começar, o jornalismo é uma atividade intelectual. [...] é um “concorrente” do mesmo espaço, o campo intelectual, e detesta estar dependente dos jornalistas para ter um maior acesso ao público. [...] Basta um olhar distraído aos diversos produtos jornalísticos para confirmar que é uma atividade criativa, plenamente demonstrada, de forma periódica, pela invenção de novas palavras e pela construção do mundo em notícias, embora seja uma criatividade restringida pela tirania do tempo, dos formatos, e das hierarquias superiores,

possivelmente do próprio dono da empresa [...] (TRAQUINA, 2005, p. 22).

Perante tal contexto, é importante destacar o que alerta Traquina (2005). Para o autor, embora entendamos que a função jornalística merece maior consideração do que discorre o senso comum, não sejamos ingênuos ao ponto de acreditar que as notícias e reportagens sempre serão o espelho da realidade, uma vez que não é possível obter com exímia veracidade as representações sociais.

Sobre isso Baccega (1999) aponta que:

São esses filtros - instituições, organizações e pessoas - que selecionam o que vamos ouvir, ver ou ler; que fazem a montagem do mundo que conhecemos. Aqui está um dos pontos básicos da reflexão sobre o espaço onde se encontram Comunicação e Educação: que o mundo é editado e assim ele chega a todos nós; que sua edição obedece a interesses de diferentes tipos, sobretudo econômicos, e, acima de tudo, que, desse modo, acabamos por "ver" até a nossa própria realidade do jeito que ela foi editada (BACCEGA, 1999, p. 177).

Como explica Ferreira (2017), é a narrativa proposta pelo jornalista que determina o que é noticiável e o que não é de interesse público. A informação jornalística não é apenas um relato supérfluo sobre um simples fato ocorrido aleatoriamente, "mas um relato estruturado em um discurso jornalístico que, via de regra, produz sentido acerca de um fato, exprimindo, a partir de um processo de seleção (edição) as falas de pessoas envolvidas no acontecimento" (FERREIRA, 2017, p. 3).

Atualmente, o campo do jornalismo, assim como as diversas esferas da Comunicação Social, vem passando por intensas e profundas revoluções proporcionadas pelas configurações provocadas pela linguagem digital.

A popularização das mídias digitais modificou a maneira das pessoas se relacionarem, alterando concepções socioeconômicas e modificando comportamentos. O processo de digitalização possibilitou o surgimento de um espaço de comunicação interligado por uma rede de computação interativa, onde é possível a troca de informações em escala global, algo semelhante a "aldeia global" pensada por Marshall McLuhan. Esse mundo digital, como hoje o conhecemos, só foi possível pelo surgimento da internet: a

rede mundial de computadores interligados. Desde então, o mundo da internet veio evoluindo velozmente e cada vez mais se solidificando como um meio democrático que pode ser explorado pelos mais variados segmentos da sociedade [...] (SILVA, 2017, p. 36-37).

Esse processo de mutação cultural fez com que o mercado jornalístico determinasse um perfil profissional cada vez mais preparado para trabalhar sob a perspectiva da convergência multimidiática, isto é, como apontam Santos e Tonus (2012), para lidar com as novas interações e interatividades, características centrais das modernas redes de comunicação. Assim, essa postura profissional exigida, bem como os novos modos de tratamento da mensagem jornalística, é um reflexo das sociedades informacionais, onde os meios de comunicação são fortemente usados para atender interesses do modo de produção capitalista.

Estabelece-se, assim, um novo paradigma sociotécnico, no qual a tecnologia gera informações e processos, a complexidade da interação estabelece uma rede que, necessariamente, é flexível e exige flexibilidade de seus participantes, em uma convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, infotelecomunicacional [...] (SANTOS; TONUS, 2012, p. 66).

Nesse panorama, quando levantamos o debate sobre o papel social do jornalismo na contemporaneidade, precisamos, assim como Sodré (2010), entender que diante o estabelecimento de uma sociedade permeada pelas tecnologias, para se compreender a atuação jornalística, é preciso primeiro abarcar que esta prática profissional está correlacionada “com a totalidade cultural em suas mutações por efeito das novas tecnologias da informação e da comunicação” (SODRÉ, 2010, p. 7). O autor ainda explica que tal correlação obrigatoriamente induz o indivíduo a enxergar a cultura comunicacional na qual a prática jornalística é desenvolvida.

Pinheiro (2014) discorre sobre como o jornalista, mesmo de maneira inconsciente, reverbera seu trabalho sob a lógica do consumo. A autora afirma que esta estrutura consumista está impregnada nas novas relações sociais e traz para o espaço do jornalismo a formação de um profissional que, ao mesmo tempo, informa também faz publicidade e *marketing* direcionado. “O redimensionamento do espaço público abarca até mesmo os direitos

fundamentais de cidadania, educação, saúde, ciência, política, etc., valores que se misturam com a prática diária de mercado” (PINHEIRO, 2014, p. 9).

Sendo assim, acreditamos que o atual momento carece de um olhar atento para o aspecto humano do fazer jornalístico e como estas novas formas de produção de conteúdo afetam as relações deste profissional com a sua vida pessoal, ampliando as percepções que recaem sobre a sua função de informar de maneira ética e autônoma (SANTOS; TONUS, 2012).

Lobo (2013) vem lembrar que a matéria-prima desta categoria é a vida humana em sua totalidade constitutiva, ou seja, são as relações sociais cotidianas, as práticas históricas e socioculturais:

Se o jornalista escreve para seu leitor é por ele, e para ele, que deve se pautar. [...] o ser humano acaba sendo o reflexo daquilo que consome, portanto, consumindo narrativas permeadas de olhar humano postulo que o adquirirá, por meio da interação do sujeito com este objeto abstrato, visto que o conhecimento só se manifesta e desenvolve através dele próprio (LOBO, 2013, não paginado).

Essa assertiva pressupõe, portanto, que cabe ao profissional jornalista uma autoavaliação da sua responsabilidade enquanto comunicador social. Ele deve se ater cada vez mais à humanização da sua prática, e por meio do seu trabalho como agente da notícia, ampliar os espaços de construção coletiva e reflexão crítica do mundo, conseqüentemente, propiciando ao seu público o combustível para as transformações sociais.

Este perfil humanista se relaciona diretamente com a proposta educacional. Desta forma, ao pensarmos espaços e metodologias de trabalho em que o jornalista possa aplicar conceitos e práticas defendidas pela educação, desenvolvemos a ideia de um *jornalismo educacional*.

Jornalismo Educativo

Antes de lançarmos pareceres precipitados para as possibilidades de apropriação de um jornalismo educacional, devemos expor algumas reflexões sobre a metodologia de trabalho que norteia as regras e interesses corporativos do meio comunicacional no Brasil. Obrigatoriamente precisamos estar conscientes das dificuldades que devem ser consideradas quando se pensa na ideia de implicação de um jornalismo dialógico, crítico e dinâmico dentro do ambiente das grandes corporações.

Baseando-se nos estudos de Dalla Costa e Horn (2015) sobre a educomunicação e as novas práticas jornalísticas, entendemos que a cultura institucional dos grandes grupos de comunicação brasileiros prioriza a lucratividade gerada pelos anunciantes. Consequentemente, seus objetivos são baseados na busca por prender a atenção da audiência com um conteúdo concentrado em informações para o entretenimento, sensacionalismo e factuais.

Estes grupos de comunicação são chamados de hegemônicos e mantêm uma postura corporativa com ideologias políticas e econômicas bem definidas. Dessa forma, o interesse público é descartado e o investimento em temas que provoquem reflexão crítica ou transformações sociais (como debates em torno da educação) e em conteúdo que informe e eduque não recebe a devida importância.

Ou seja, há fatores de ordem institucional que inviabilizam a adesão bem sucedida de projetos de comunicação e educação, como: 1) a ausência de uma gestão horizontal, que oportunize a autonomia do funcionário, assim como o compartilhamento de experiências e expertises na relação entre colegas de trabalho e chefes; 2) não agregação de valor a propostas educacionais; 3) falta de investimentos; 4) dificuldades afins à própria rotina de trabalho, ao modo de operar as funções das redações, sejam elas de TV, rádio ou *web*. Por vezes, o dia a dia de trabalho impõe algumas restrições ao jornalista, como o cumprimento de metas de produtividade, tempo limitado para a produção das notícias e, até mesmo adequação às novas tecnologias em um tempo cada vez mais reduzido (DALLA COSTA; HORN, 2015, p. 135).

Todavia, embora a maioria dos grupos de comunicação hegemônicos esteja preocupada em atender os interesses da indústria cultural, pondo o fazer jornalístico a serviço do espetáculo e do sensacionalismo, é necessário entender que:

Apesar do padrão estilístico da narrativa jornalística, em especial da notícia, observa-se o uso cada vez mais frequente de mecanismos que humanizam a informação. Geralmente, os discursos jornalísticos colocam em cena personagens da vida real e, muitas vezes, é a partir ou em torno deles que a informação que pretendem transmitir se manifesta, estabelecendo empatia e identificação com o receptor, que vê seus dramas, suas limitações, dificuldades e opiniões

manifestas nos dizeres do outro, um cidadão comum (FERREIRA, 2017, p. 6).

Baccega (1999) relata que os meios de comunicação são importantíssimos âmbitos de socialização, portanto, é essencial que entendamos a sua lógica de funcionamento. Para isso, a autora deixa claro que devemos partir de um mundo “editado” e noticiado pelos meios para um mundo onde todos são conscientes do seu papel social e onde existem garantias para o pleno exercício da cidadania.

Em busca de alcançar o objetivo levantado por Baccega (1999), a noção de jornalismo educacional que propomos é muito parecida com o que já conhecemos como *jornalismo cívico* citado por Bôa Viagem (2015). Ambos partem da premissa de que os meios de comunicação devem incentivar a qualidade de vida, mobilização popular e a abertura de espaços para que a sociedade civil se insira no ambiente público e obtenha poder de voz na formulação das políticas públicas que intervêm diretamente no seu cotidiano.

Precisamos, então, refletir de que forma a inter-relação educacional e jornalismo pode se fazer real e como podemos inserir práticas educacionais na rotina dos jornalistas. Para isso, assinalamos alguns dos lugares onde é possível haver a aplicação do jornalismo educacional.

Com relação aos veículos de mídia hegemônicos e mediante a sua estrita lógica de funcionamento, a utilização da proposta do jornalismo educacional necessita prioritariamente brotar do olhar pessoal do jornalista sobre o seu trabalho. Espera-se que durante o exercício da profissão, sempre que ele tiver oportunidade, procure sugerir mais pautas de cunho reflexivo/educativo e que busque diariamente despertar o caráter pedagógico que é inseparável da prática comunicacional.

Estas perspectivas imaginam que a produção das notícias e reportagens leve em conta a formação moral para a cidadania e o interesse coletivo, bem como os direitos humanos. O jornalismo educacional procura contribuir para a noção de responsabilidade social e desenvolvimento de “um indivíduo capaz de se elevar ao nível da civilização moderna, isto é, de encontrar o sentido da vida neste novo mundo” (CONCHA, 1999, p. 108).

Como descreve Carvalho (2014):

Todo jornalista é por excelência um educador, basta observar como as pessoas formam seus pontos de vista baseados no que assistem, acessam e leem. A educomunicação pode despertar o caráter pedagógico intrínseco ao profissional de imprensa. O jornalista que tiver essa consciência pode contribuir muito com projetos de mídia-educação, articulando a comunicação em sua relação dialógica e não apenas como sinônimo de informação (CARVALHO, 2014, não paginado).

Com relação ao espaço corporativo/empresarial e organizações, em geral, acreditamos que o jornalista tem a opção de trabalhar como gestor comunicacional, função que assume em muitos casos a alcunha de assessoria de comunicação. Seja em corporações públicas, privadas ou organizações não governamentais, o jornalista educador deverá ser um mediador de conflitos, isto é, buscar uma “comunicação horizontalizada e que parte de uma ação ética que é direcionada aos segmentos sociais que mantêm relações com a empresa” (SILVA, J.; SILVA, E., 2017, p. 11).

Em relação ao ambiente corporativo/empresarial, Soares (2011) defende que:

Ainda que de forma incipiente, o mundo empresarial, sob pressão das demandas advindas da aplicação do conceito de responsabilidade social, tem demonstrado interesse em contar com consultores que contribuam para melhorar processos de relacionamento tanto com seus públicos externos quanto com seus próprios funcionários, através de práticas educacionais que superem uma visão mais superficial de marketing social (SOARES, 2011, p. 62).

Outro campo de trabalho aberto à proposta do jornalismo educacional são os meios de comunicação contra-hegemônicos e que, portanto, não são associados aos grandes grupos midiáticos. Este conjunto de meios são chamados de mídia alternativa e encontram subsídios principalmente na internet, sendo mantidos por redes de colaboradores que podem partir de iniciativa comercial ou não, mas que comumente é ligada a coletivos, movimentos sociais, institutos culturais e entidades filantrópicas.

Carvalho e Bronosky (2017) descrevem que o jornalismo praticado nas mídias alternativas, portanto, *jornalismo alternativo*, propõe novas formas de noticiar os acontecimentos e que, por atuarem principalmente no meio digital, desenvolvem autonomia diante do poder de mercado comunicacional hegemônico. Para os autores, as ações intrínsecas ao jornalismo alternativo “representam o espírito livre que move o senso crítico que transforma as

estruturas sociais, impondo limites para os interesses particulares que possa se deixar escapar pela inflexibilidade do Jornalismo convencional” (CARVALHO; BRONOSKY, 2017, p. 25).

Por fim, igualmente a Carvalho (2014), cremos que também há oportunidades para a prática do jornalismo educacional nos espaços da educação. No ambiente formal de ensino, o jornalista pode atuar como professor de comunicação, considerando as diretrizes curriculares do espaço educativo e o seu conhecimento sobre as TDICs aliados ao exercício da prática educacional. Outra opção é o jornalista educacional “trabalhar como pesquisador, investigando o aspecto educativo da produção midiática e a relação entre o sistema midiático e os públicos consumidores” (CARVALHO, 2014, não paginado).

Considerações Finais

Entendemos que a educacional é um paradigma emergente na sociedade, o que a coloca como área do saber que ainda busca reconhecimento social. Trata-se de um campo teórico-prático que está em constante processo de construção e reconstrução. O jornalismo, por outro lado, é um campo do conhecimento já consolidado e reconhecido por todos os setores da sociedade. No entanto, a partir da revolução digital e da inserção das TDICs no cotidiano das mais distintas classes sociais, o jornalismo foi obrigado a se reinventar para atender às novas necessidades da interação em rede.

O que podemos constatar é que essas duas áreas, mesmo com suas peculiaridades, são muito próximas e, em alguns casos, simbióticas. Afirmamos isso quando pensamos que tanto a educacional, quanto o jornalismo, prezam pela ampliação e manutenção do caráter pedagógico que é inseparável aos meios de comunicação.

Essa concepção nos permite refletir a noção de jornalismo educacional, que precisamos elucidar: não se trata de um novo e revolucionário formato de jornalismo, mas uma maneira de enxergar a função jornalística no sentido de pensar práticas de comunicação direcionadas à cidadania. O objetivo é conceber estratégias para o fortalecimento do papel humanístico do jornalista, assumindo que ele exerce uma importante função de agente informal nos processos educativos.

Ao apontar os locais para atuação do jornalista educacional, propomos discussões conceituais e práticas para sua ação interventiva.

Compreendemos que o grande desafio para a aplicação do jornalismo educ comunicativo se dá nas organizações empresariais, espaços onde o modelo de trabalho é tradicionalmente voltado para atender às necessidades de mercado e com metodologias de ações sistematicamente hierarquizadas.

Levando-se em consideração a cultura ideológica e econômica dos grupos de comunicação hegemônicos brasileiros, muitos podem dizer que é impossível pensarmos em práticas jornalísticas com teor educ comunicativo. Com relação a esse cenário nós acreditamos que, partindo de um olhar pessoal do jornalista sobre a sua atuação social, é possível imaginar, mesmo que de maneira esporádica, ações de cunho educ comunicativo. A educ comunicação deve agir no seu cotidiano habitual, até antes mesmo de ser direcionada à sua atuação profissional.

Por fim, ressaltamos que é necessário ter em mente que o profissional jornalista e educ comunicador não pode se desprender de sua vocação humanista e da contínua formação para lidar com as tecnologias já consolidadas e as emergentes. Somente assim, independente do campo de atuação social, este profissional será capaz de desenvolver ações para melhorar as relações interpessoais e dar autonomia conceitual aos sujeitos. Isso em uma perspectiva de que possam ver de maneira mais crítica o mundo e atuar da melhor forma possível nos espaços onde estão inseridos, seja seu trabalho, sua escola, sua comunidade, seu bairro, sua cidade e seu país.

Referências

- ALMEIDA, Lúgia Beatriz Carvalho de. **Projetos de intervenção em educ comunicação**. Campina Grande, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/31480161/Projetos_de_intervencao_em_educacao>. Acesso em: 20 de out. 2017.
- BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação & Educação: do mundo editado à construção de mundo. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v.2, n 2, p. 176-187, jul./dez. 1999. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ci/article/download/22853/13594/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- BÔA VIAJEM, Christiane. Jornalismo, democracia e cidadania. **Pano de Fundo**, Caruaru, v. 1, n 2, p. 17-19, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.asc.es.br/jspui/bitstream/123456789/713/1/EDICAO-2--ANO-1-17-19-ok.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2018.
- CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Revista Pauta Geral**, Ponta Grossa, v. 4, n 1, p. 21 -39, jan./jun. 2017. Disponível em:

<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10007>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

CARVALHO, Michel. **Educomunicação abre possibilidades para jornalistas**. Observatório da Imprensa. [São Paulo], 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed815_educomunicacao_abre_possibilidades_para_jornalistas/>. Acesso em: 07 de out. de 2017.

CITELLI, Adilson Odair. Tecnocultura e educomunicação. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 3, nº 2, p. 63-75, dez. 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/6665>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

CONCHA, Guillermo Raigón Pérez de la. El periodismo educativo: objetivos. **Revista Latina de comunicación social**, La Laguna, n 15, p. 107-119, mar. 1999. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/26527454_El_periodismo_educativo_objetivos>. Acesso em: 16 de mar. 2018.

CORREIA, João Carlos. Novos jornalismo e vida cívica: limites e possibilidades do «jornalismo deliberativo». In: MORGADO, Isabel Salema; ROSAS, Antônio. (Org.). **Cidadania Digital**. Covilhã: LabCom Books, 2010. p. 71-100.

COSTA, Elisângela Rodrigues. Políticas Públicas e Educação Midiática no Brasil: os exemplos de São Paulo e Rio de Janeiro. In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil (Org.).

Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural. São Paulo: ABPEducom, 2017. p. 57-63.

DALLA COSTA, Rosa Maria Cardoso; HORN, Aline Tainá Amaral. Educomunicação e as novas práticas jornalísticas: um campo de interseções.

Mídia e cotidiano, Niterói, v. 7, n 7, p. 126-139, nov. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9756>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

FERREIRA, Bruno de Oliveira. Jornalismo e educomunicação: Novos sentidos na produção da notícia. In: X Simpósio Nacional da ABCiber - Conectividade, Híbridação e Ecologia das Redes Digitais. **Anais...** São Paulo, 14 a 16 de dez. 2017. Disponível em: <<http://www.abciber.org.br/anais-abciber-2017.pdf>>. Acesso em: 16 de mar. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HORN, Aline Tainá Amaral. **A educomunicação e a atuação do jornalista: um estudo sobre o projeto Televisando**. 2016. 227 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LOBO, Tiago. **Sobre o papel social do jornalismo**. Observatório da Imprensa. [São Paulo], 2013. Disponível em:

<http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed743_sobre_o_papel_social_do_jornalismo/>. Acesso em: 07 de mar. de 2018.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. Intersecções entre Comunicação e Educação em Práticas Organizativas Comunitárias. In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil (Org.). **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo: ABPEducom, 2017. p. 80-88.

PINHEIRO, Rose Mara. A Educomunicação e as novas formas de Cidadania e Jornalismo. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Anais... Foz do Iguaçu, 2 a 5 de set. 2014. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1577-1.pdf>>. Acesso em: 11 de mar. 2018.

PITANGA, Christiane; SOUZA, Diva Silva; SOUSA, Gerson de.

Educomunicação e a prática social na formação de jornalistas. In: BOMFIM, Filomena Maria Avelina; ANDRADE, Maria José Netto; ALMEIDA FILHO, Orlando José de. **Transdisciplinaridade e extensão - signos da educomunicação no brasil**. Minas Gerais: Revolução e-Book – Simplíssimo, 2017.

SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; TONUS, Mirna. Breve panorama da inserção das tecnologias da informação e comunicação na formação de jornalistas em Uberlândia, MG. In: SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SOUZA, Gerson de; TONUS, Mirna. (Org.). **Jornalismo, educação e tecnologias**. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 62-74.

SCHAUN, Ângela. **Educomunicação: Reflexões e princípios**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

SILVA, João Djane Assunção da. **Audiocumentário como forma de empoderamento e resgate histórico e sociocultural: uma experiência educamunicativa com a comunidade do Sítio Coaçu, Solonópole/CE**. 2017. 114 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

SILVA, João Djane Assunção da; SILVA, Elvis Alves da. Responsabilidade socioambiental no meio empresarial: o papel do educamunicador socioambiental no meio empresarial. In: II Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Ciências. **Anais...** Campina Grande, 7 a 9 de jun. 2017. Disponível em:

<<http://editorarealize.com.br/revistas/conapesc/resumo.php?idtrabalho=155>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. Quando o Educador do Ano é um educamunicador: o papel da USP na legitimação do conceito. **Comunicação**

& Educação, São Paulo, ano 13, n 3, p. 39-52, set./dez. 2008. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/download/43268/46892/0>>.

Acesso em: 23 de mai. 2017.

SODRÉ, Muniz. Jornalismo como campo de pesquisa. **Brazilian Journalism Research (Online)**, Brasília, v. 6, n 2, p. 7-15, dez. 2010. Disponível em:

<<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/13/13>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

VIANA, Claudemir Edson; MELLO, Luci Ferraz de. Cultura digital e a educomunicação como novo paradigma educacional. **Revista FGV Online**, Rio de Janeiro, v. 3, n 2, p. 31-49, abr. 2013. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revfgvonline/article/view/19281/18555>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

